



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Art. 14. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Mirai - JARI, órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelo Departamento de Trânsito.

Art. 15. Compete à JARI de Mirai:

- I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar ao Departamento de Trânsito informações complementares relativas ao recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
- III - encaminhar ao Departamento de Trânsito informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente;
- VI - outras atribuições previstas na legislação vigente, em especial no Código de Trânsito Brasileiro, atinentes à área de atuação, além de competências que lhe forem atribuídas por Decreto.

Art. 16. A JARI de Mirai terá a seguinte composição:

- I - 01 (um) representante com conhecimento na área de trânsito, com no mínimo nível médio, indicado pelo Prefeito Municipal;
- II - 01 (um) representante do Departamento de Trânsito e/ou um representante do órgão que impôs a penalidade; e

III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade, ligada à área de trânsito.

§ 1º A presidência da JARI de Mirai será exercida pelo membro indicado pelo Prefeito Municipal, conforme inciso I deste artigo.

§ 2º. Para cada membro será indicado um suplente.

§ 3º. O Prefeito Municipal fará a designação dos membros da JARI de Mirai e seus respectivos suplentes através de Portaria.

§ 4º. O exercício da função de membro das JARI não configura vínculo empregatício, trabalhista ou de prestação de serviço com a administração pública, nem gera obrigações de natureza previdenciária, fiscal ou securitária.